



o trabalhador da CML

Eleições para os Corpos Gerentes do STML

28 e 29 de Maio



Votar no reforço do

STML!

Endurecemos a luta contra a transfêrencia de competências!

Pág.8

25 de Maio, todos a Belém: EXIGIMOS A DEMISSÃO DO GOVERNO

Pág.3

A defesa dos direitos

Temos pela frente importantes acontecimentos no que diz respeito à vida deste Sindicato, mas também no futuro da Câmara Municipal e dos seus trabalhadores, considerando a sua essência, objetivos e missões junto da cidade e da população de Lisboa. Acontecimentos e problemas que dificilmente se podem ver de forma separada, face à simbiose indissolúvel do STML com tudo o que diga respeito ao município e principalmente aos seus trabalhadores. No plano dos 'acontecimentos da vida do STML', relembramos que nos próximos **dias 28 e 29 de Maio** decorrerão as eleições para os Corpos Gerentes deste sindicato. Será um evento de maior importância para a vida futura desta estrutura sindical, a mais representativa do município de Lisboa e que congrega uma rica e longa tradição na defesa intransigente dos direitos e aspirações dos trabalhadores por si representados.

No ambiente da liberdade concedida pela revolução de 25 de Abril de 1974, o STML foi a materialização da vontade dos trabalhadores da CML que, em 1977, decidiram criar uma estrutura sindical que velasse pelos seus interesses. Assim foi na data da sua fundação, assim é no dia em que escrevemos estas linhas, e assim será seguramente no futuro.

Estas eleições revelam hoje uma extraordinária importância. Será a vontade dos trabalhadores, associados do STML, que, ao exercerem o seu direito de voto, transmitirão a confiança e a força necessária ao reforço essencial desta organização sindical que nunca abandonou o seu projeto fundador, isto é, a defesa dos seus direitos!

Neste sentido, torna-se fundamental que cada sócio do STML use o seu direito ao voto e **vote na Lista A!** Uma lista que consubstancia, através dos elementos que dela fazem parte, a continuidade e a unidade, a honestidade e a responsabilidade, a seriedade e a determinação em manter e aprofundar este projeto sindical que é o STML. É este o apelo deixado pela direção cessante. Votar, é dar força ao trabalho que este Sindicato quer e vai continuar a desenvolver.

À parte das eleições referidas, o STML e os trabalhadores do município não podem virar costas aos graves e complexos problemas que atravessamos. O processo em curso que visa o esvaziamento da Câmara Municipal, face à eventual transferência de competências para as juntas de freguesia, obriga-nos a endurecer o processo de luta!

A CML tem um papel cujos contornos são insubstituíveis, mas que são encarados pelo presidente António Costa de forma indiferente, insensata e porque não afirmar, demonstrando a sua verdadeira natureza política, claramente contra os trabalhadores e os serviços públicos municipais.

Depois dos plenários gerais realizados e das manifestações de protesto, quer para o Largo do Intendente quer para a Praça do Município, decidiu-se coletivamente avançar com a **greve durante o mês de Junho**. António Costa não nos deixou outra alternativa. Exigimos ser ouvidos e, principalmente, exigimos que respeitem a vontade dos trabalhadores, parte interessada e imprescindível em todo este processo.

No plano mais geral, o governo insiste num caminho inaceitável aprofundando o ataque aos direitos dos trabalhadores e, em especial, aos da administração pública. Os recentes anúncios que afirmam a vontade em concretizar novas medidas restritivas, dão conta de um

governo desorientado, autista mas determinado no objetivo de agravar as condições de quem trabalha. Legitimidade e legalidade são elementos que este governo já perdeu. Exige-se portanto, como o mais natural, mas também urgente e essencial, a sua demissão pelo Presidente da República. **Dia 25 de Maio**, respondendo ao apelo da CGTP-IN, estaremos todos em frente ao Palácio de Belém reivindicando a demissão de Portas/Passos/Gaspar e afins, dando corpo ao sentimento que corre o país de norte a sul.

A luta continua em várias frentes e em todas elas nos devemos envolver, responsabilizar e nunca desistir! São as nossas vidas que estão em jogo! É tão simples como isso... ■



Lutamos em todas



as frentes!



o trabalhador
da CML

<http://www.stml.pt>

Diretor: Vítor Reis ■ **Corpo Redatorial:** Luis Dias, Nuno Almeida, Mário Souto, Frederico Bernardino ■ **Propriedade:** Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa ■ **Administração e Redação:** Rua de São Lázaro, 66 - 1º Dº 1150-333 Lisboa - Telfs. 218 885 430 / 5 / 8 - Fax 218 885 429 - **Email:** stml@stml.pt ■ **Internet:** www.stml.pt ■ **Impressão:** MX3 Artes Gráficas, Lda ■ **Periodicidade:** Bimestral ■ **NIF:** 500850194 ■ **Distribuição:** Gratuita aos sócios do STML ■ **Tiragem:** 4.000 exs. ■ **Depósito Legal:** 17274/87 ■ Este jornal está escrito com as regras do novo Acordo Ortográfico ■

Em 25 de maio enchemos Belém e exigimos ao Presidente da República a demissão de um governo ilegítimo e ilegal !

A CGTP-IN convocou para o próximo dia 25 de maio um protesto em Belém onde se irá exigir a demissão imediata deste governo pelo Presidente da República e a convocação de eleições antecipadas, dando voz a quem detém a soberania neste país: **o povo português!**

Um governo que após ter observado um conjunto significativo de inconstitucionalidades proferidas pelo respetivo Tribunal, insiste em percorrer um caminho que já se demonstrou insustentável, e como tal inaceitável!

A política promovida pelo PSD/CDS tem como consequência o empobrecimento generalizado, o agravamento da crise económica e social, com números assustadores de desemprego e de emigração, principalmente de jovens licenciados (mas não só), além de não resolver os problemas da dívida pública e do défice, se considerarmos o seu progressivo aumento, apesar de tantas promessas justificativas de ministros, secretários de Estado, entre outras 'figuras menores'.

A política de direita não resolve de facto os problemas do país e dos portugueses, como aliás, está mais do que comprovado! Não podemos pensar que as causas que estão na origem da grave crise económica e social, comportam igualmente eventuais soluções para a sua resolução. Seria ingénuo pensar que se pode apagar um fogo regando-o com gasolina em vez de água!

Por isso, **dia 25 de maio** queremos e exigimos a demissão de governo. Os problemas do país não se resolvem enquanto permanecerem nos cargos do poder político, homens e mulheres que tem uma conceção claramente arbitraria onde impera, única e exclusivamente, a defesa dos interesses do sector económico e financeiro e coloca de lado, os interesses dos trabalhadores e do povo português.

Para os trabalhadores da administração pública e do município de Lisboa em particular, a ofensiva aos nossos direitos não tem fim à vista. O governo prepara-se para uma nova enxurrada de medidas que apenas nos agravam as condições de trabalho e de vida. É o aumento da idade de reforma, o aumento do horário de trabalho, o fim do pagamento das horas extraordinárias, a diminuição dos dias de férias, o aumento das comparticipações da ADSE...

António Costa, demonstrando uma enorme insensibilidade face a este cenário, aprofunda a sua "visão" política na decisão de esvaziar a Câmara Municipal de competências e missões, mas também de trabalhadores, equipamentos e edifícios. Mantem um silêncio incomodo no que diz respeito à eventual aplicação da mobilidade especial e/ou geográfica, para todos aqueles que não aceitem um futuro de indefinições, inseguranças e, no qual não se contempla uma única salvaguarda face aos seus direitos e remunerações.

Travar as intenções do governo e do executivo camarário que consubstanciam uma mesma política, é de facto uma matéria de maior urgência. São as nossas vidas, o nosso posto de trabalho, o bem-estar das nossas famílias, que está em causa!

Não podemos aceitar o que não é inevitável! Lutemos no presente para garantir o nosso futuro! Dia 25 de maio faremos transbordar os jardins de Belém! ■

CGTP
CONTRA A EXPLORAÇÃO E O EMPOBRECIMENTO

25 M 15h30
MAIO

Todos a
Belém

GOVERNO
RUA!

Como estão a ser tratados os trabalhadores que sofrem acidentes de trabalho?

Após a auscultação de vários relatos e no seguimento de outros tantos contactos envolvendo os trabalhadores sinistrados, o STML convocou um plenário para denunciar e discutir os inúmeros e complexos problemas que afetam estes trabalhadores. Neste sentido, no dia 23 de Abril junto aos Serviços Sociais, cerca de 30 trabalhadores expuseram as práticas inaceitáveis que estavam a ser desenvolvidas pelas chefias, médicos e responsáveis máximos da autarquia.

Vítimas de pressões constantes e chantagens ignóbeis, têm sido coagidos a assinar um documento, previamente preenchido pelos médicos da medicina do trabalho, com o pedido de reconhecimento da sua patologia como doença profissional. Este 'certificado' deveria ser entregue posteriormente pelos próprios trabalhadores junto do Centro Nacional de Proteção Contra os Riscos Profissionais - CNPCRP.

Nas reuniões efetuadas com responsáveis da CML sobre este assunto, o STML facilmente percebeu as motivações que estão por detrás desta estratégia que define os trabalhadores como 'números' numa única equação de custo/benefício.

Do plenário realizado à porta dos Serviços Sociais, além do problema já referido, foram denunciados outros problemas que serão colocados à consideração da Sra. Vereadora, tais como:

- Os sucessivos atrasos no início de tratamentos ou realização de exames complementares de diagnóstico, por falta de declarações de fundos disponíveis (DFD);
- As alterações constantes na informação sobre as clínicas disponíveis e aptas a prestar tratamentos em ambulatório;
- A falta de fundamentação por parte dos serviços competentes

(DSHS) na comunicação que é entregue aos trabalhadores sinistrados.

Na ótica do Sindicato a estratégia levada a cabo pelos serviços responsáveis do município envolvendo o tratamento, acompanhamento e recuperação dos sinistrados do trabalho, visa única e claramente **mascarar os índices de sinistros** – acidentes em trabalho.

Sobrevalorizando os fundamentos de natureza económica, secundarizam, desvalorizam e desprezam os dramas humanos que um acidente de trabalho com gravidade pode provocar na vida de um trabalhador. Para a CML - Departamento de Saúde Segurança no Trabalho - Medicina do Trabalho, os trabalhadores sinistrados são supostamente descartáveis!

A responsabilidade em acompanhar os trabalhadores sinistrados, incapacitados momentaneamente fruto de um acidente de trabalho, é única e exclusivamente da entidade empregadora, neste caso, da Câmara Municipal. O tempo necessário para a recuperação condigna destes trabalhadores obriga a um acompanhamento médico responsável e competente. Este acompanhamento parece que não está a ser feito adequadamente na autarquia de Lisboa.

Os trabalhadores sinistrados são seres humanos que devem ser tratados, acompanhados e recuperados com o respeito a que têm DIREITO.

O STML continuará a acompanhar os trabalhadores e os respetivos processos e tudo fará para que os procedimentos, práticas e orientações de natureza injusta, inaceitável e desumanas, não passem impunes. ■



Os trabalhadores da Brigada de Calceteiros exigem respeito!



Como informámos na última edição d’“O trabalhador da CML”, os trabalhadores da Brigada de Calceteiros, após terem organizado um processo reivindicativo com o seu sindicato, denunciando a falta de condições de saúde e segurança que se observava inaceitavelmente nas instalações da rua do Saco, foram transferidos provisoriamente para umas instalações que estavam desativadas, situadas na rua Lins do Rego.

Esta transferência foi de encontro à proposta apresentada pelos próprios trabalhadores, sabendo à partida que a mesma não reunia as melhores condições mas, comparativamente ao local de trabalho em que se encontravam com risco para a sua própria segurança pessoal, seria sempre melhor solução.

Após a realização de uma ação de luta e protesto a 30 de janeiro, os responsáveis da autarquia comprometeram-se a concretizar o mais brevemente possível a sua transferência para umas instalações, também elas provisórias. Estas instalações seriam contentores que já estariam em fase de aquisição, instalados posteriormente no complexo da travessa da Amorosa, até ao início do mês de março.

O mês de março passou e a situação manteve-se inalterada! Face a este impasse que prejudicava diariamente os trabalhadores, o STML viu-se na necessidade de intervir junto das chefias para questionar o porquê desta demora. A resposta obtida foi inconclusiva e não nos satisfaz minimamente. Fez-se então um apelo para que tudo fosse

tratado com a maior celeridade possível, dada a falta de condições dignas nas instalações provisórias situadas na já referida rua Lins do Rego.

A transferência definitiva acabou por se efetuar, finalmente, no dia 2 de maio. Contudo, o desleixo e algum desdém por parte dos serviços e chefias responsáveis, não salvaguardaram, mais uma vez, as condições mínimas que se exigem, de forma a instalarem trabalhadores, e toda a logística necessária à prossecução dos trabalhos implícitos a este serviço municipal.

No dia em que se realizou esta apressada transferência, observou-se o seguinte:

- Não existia ainda, iluminação exterior que permitisse à brigada do período noturno, trabalhar com visibilidade e segurança necessária e essencial.
- Não estava instalada qualquer linha telefónica e/ou de internet, para as comunicações que são imprescindíveis à organização do respetivo trabalho.
- Não existiam armários no balneário feminino.
- Não estava criado o espaço de armazenamento dos moldes de desenho na calçada portuguesa.
- Faltava o habitual micro-ondas onde os trabalhadores pudessem aquecer as suas refeições.

Supostamente, esta transferência em ritmo apressado dos trabalhadores e meios materiais da Brigada de Calceteiros, realizou-se procurando principalmente silenciar a luta e a denúncia que há meses decorria. Uma postura por parte dos responsáveis da CML que demonstra, claramente, uma insensibilidade perante os interesses e a dignidade que estes trabalhadores merecem. ■



SIADAP - a Câmara continua sem saber aplicá-lo

São inúmeros os trabalhadores da Autarquia que confessam ao STML que estão a ser confrontados com avaliações de Siadap anteriores e com datas já colocadas junto à sua assinatura.

A Câmara Municipal de Lisboa, e muitos dos seus dirigentes, teimam em não aplicar este mecanismo “anormal” de avaliação injusta com quotas à cabeça, da forma que a lei contempla. Como se por si só, isso não constituísse uma enorme falta de capacidade que também deveria ser penalizada, teimam em aplicar de forma errada e fora de prazos o Siadap, empurrando os trabalhadores para “trapalhadas” por si criadas.

Temos queixas de trabalhadores que nos relatam que os seus superiores hierárquicos informam que os objetivos traçados são impossíveis de ser cumpridos, porque, só assim, podem garantir quotas para as melhores notações a atribuir. Outros há que nos informam que estão a receber e a assinar documentos com datas anteriores a 2011 e 2012. Há Comissões Paritárias que estão agora

a reunir a propósito das reclamações de trabalhadores efetuadas em 2009!

Todo o rol de críticas aqui apresentadas e outras têm sido denunciados pelo STML aos Recursos Humanos da Câmara Municipal de Lisboa, que teima em permanecer evasivo, até porque, este mecanismo injusto, neste momento, é uma realidade virtual!

O problema colocar-se-á, de forma séria, quando este mecanismo começar a servir para os propósitos dos despedimentos.

É tempo de cerrarmos fileiras contra a má implementação deste sistema nefasto. Hoje o Siadap de pouco ou nada vale, mas amanhã, poderá servir para algo mau.

Desde já aconselhamos todos os trabalhadores a não assinarem nada com datas anteriores. Se um documento nos é dado hoje, é com a data de hoje que o devemos assinar.

O ‘nacional porreirismo’ por parte das chefias neste tipo de situações tem e deve ser combatido. ■

Publicação sobre os “coordenadores nomeados” na D.M. Cultura está ferida de legalidade!

Há não muito tempo, a Câmara Municipal de Oeiras aplicou a legislação que permite a existência de “coordenadores” nos cargos de direção intermédia de 3º grau. A proximidade geográfica alertou muitos trabalhadores do município de Lisboa que desempenham tais funções, mas sem enquadramento legal.

Como já referimos nestas páginas na edição anterior, em Lisboa, a situação existe, ou seja, há um número considerável de “coordenadores de Serviços e Equipamentos nomeados” e são vários os trabalhadores com este cargo que têm contactado o sindicato para alertar para a anomalia da sua situação.

Desde a famigerada última reestruturação dos serviços da CML, o número de técnicos que passaram a ter funções de coordenação, aumentou substancialmente. No entanto, a Câmara Municipal de Lisboa, nesse momento não colocou nessa reestruturação o cargo de direção intermédia de 3º grau.

Recentemente foi publicado em Boletim Municipal um rol de nomes de coordenadores das Bibliotecas Municipais de Lisboa (com falhas em alguns casos de bibliotecas e equipamentos que ali não constam).

Não queremos com isto, colocar em causa a hipotética boa-fé do Sr. diretor Municipal de Cultura, que porventura quis reconhecer essas (algumas, porque não foram todas) pessoas. No entanto, tal publicação está ferida de legalidade, uma vez que, como afirmamos, só podem existir “coordenadores” com o cargo de direção intermédia de 3º grau, criado na estrutura da Câmara Municipal de Lisboa.

Lembramos que estes cargos de direção intermédia de 3º grau correspondem a funções de coordenação e controlo de unidades funcionais, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada. De resto, isto já é hoje bem patente, quando são estes nomeados que assinam em primeira instância, férias, siadap e horários. A estes compete coadjuvar o titular do cargo dirigente de que



dependam hierarquicamente, bem como coordenar as atividades e gerir os recursos de uma unidade funcional.

Tendo em conta estas atribuições, os trabalhadores nesta situação e que, não estão unicamente no Departamento de Cultura da CML (Desporto, Desenvolvimento Social e outros), exigem o legal reconhecimento do trabalho que desempenham, mesmo sabendo que, os titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau são recrutados, por procedimento concursal, nos termos da legislação em vigor, possuindo no mínimo formação superior graduada de licenciatura e um mínimo de 4 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível as habilitações referidas.

De acordo com a informação que o STML tem vindo a recolher junto destes trabalhadores, está aberta uma frente de trabalho que visa reivindicarmos, junto da Câmara Municipal de Lisboa, a regularização desta situação. ■



Trabalhadores da DMAU e da DMPO reuniram-se em plenário geral e decidiram aprofundar a luta em defesa dos seus postos de trabalho!

Os trabalhadores da Direção Municipal do Ambiente Urbano (DMAU) e da Direção Municipal de Projetos e Obras (DMPO) reuniram, no dia 13 de março, na Voz do Operário e, à noite, no refeitório do Complexo Municipal dos Olivais 2. Nestas reuniões magnas discutiu-se o processo em curso que visa o esvaziamento quase total da CML, no âmbito da transferência de competências para as juntas de freguesia. Um processo da única e exclusiva responsabilidade do presidente da autarquia.

No caso da eventual transferência de competências para as juntas de freguesia, envolvendo meios humanos e materiais, a CML demonstra claramente uma ausência de garantias em relação aos direitos e interesses dos trabalhadores que poderão ser transferidos, o que nos merece, logo à partida, uma posição inequívoca de repúdio! Os trabalhadores não podem ser tratados como meros objetos!



Num plano complementar, a defesa do serviço público municipal torna-se num objetivo prioritário! Mais uma vez, o executivo não apresenta qualquer garantia que salve as áreas de interesse público, como a limpeza urbana, os jardins, a gestão do espaço público, a limpeza dos coletores, a gestão de equipamentos desportivo e culturais, a manutenção e gestão dos jardins-de-infância e das escolas do 1º ciclo, entre muitos outros.

As novas juntas de freguesia, não terão capacidade nem meios, para cumprir com estas missões. O cenário mais provável é o envolvimento de empresas privadas, seja através da forma de externalização, concessão ou privatização.

Podemos claramente afirmar que os postos de trabalho do município de Lisboa estão de facto em risco!

Tudo indica que, quem sai para uma qualquer junta de freguesia, não poderá regressar à Câmara Municipal. O seu posto já terá sido extinto. Para onde vai a seguir o trabalhador? Entramos então no campo da mobilidade especial e/ou geográfica!?

Esta situação é inaceitável! Foi decidido avançar com a realização de uma manifestação no dia 27 de março. Recusamos a saída de qualquer serviço e de qualquer trabalhador para as juntas de freguesia! ■

Manifestação dos trabalhadores da CML da Praça do Município ao Largo do Intendente obriga António Costa a reunir com o STML!

No dia 27 de março, centenas de trabalhadores da Câmara Municipal saíram à rua, demonstrando claramente estarem contra as intenções do presidente António Costa que pretende transferir vastas competências da CML para as 24 juntas de freguesia recém-criadas. Com as competências, deve-se associar impreterivelmente, os meios humanos, materiais e patrimoniais que hoje existem sob a alçada do município.

Nem a chuva que se fez sentir nesse dia esmoreceu a determinação dos trabalhadores! Um dia de protesto e luta que valeu a pena! Ao fim de **três meses de espera**, o STML foi finalmente recebido pelo presidente António Costa! Foi necessário uma manifestação para que uma mera reunião de trabalho fosse possível realizar entre a maior estrutura representativa do município e o máximo responsável político da autarquia.

Tratando-se de uma reunião de mera auscultação sobre quais as áreas e funções que António Costa pretende transferir para as juntas de freguesia, não deixámos de o alertar para as consequências de um caminho que não é aceite pelos trabalhadores, pelo sindicato e por muitas chefias intermédias e superiores desta casa, como claramente ficou patenteado no estudo / proposta elaborada pela Direção Municipal do Ambiente Urbano.

Às inquietações do STML, António Costa respondeu com um tom despreocupado, afirmando que aguarda que o estudo/proposta da DMAU que tanto o desagradou fosse reescrito de forma a ir ao encontro das suas motivações e intenções políticas. Bem podemos dizer que os “estudos” são feitos à medida de quem o encomenda.

O presidente da CML afirmou claramente que não pretende arrear caminho nos seus projetos de esvaziar a autarquia. “São visões”, afirmou. Não aceitamos estas “visões” que mais não traduzem que um

claro desrespeito e desvalorização por quem trabalha, o mesmo é dizer, por aqueles que são os principais responsáveis pelo funcionamento da cidade e pelo bem-estar da sua população.

António Costa afirmou ainda, que não pretende transferir para as juntas de freguesia apenas cantoneiros e/ou jardineiros mas também trabalhadores assistentes técnicos e técnicos superiores que hoje estão afetos aos serviços denominados de transversais como os recursos humanos, a tesouraria ou a contabilidade.

As intenções, se houvesse dúvidas, são mais do que evidentes. Estamos perante a maior ofensiva aos serviços públicos municipais e aos seus trabalhadores desde o 25 de Abril de 1974! E tudo pela mão de um presidente socialista?! ■





Trabalhadores da CML decidem plano de ação e luta contra o esvaziamento da autarquia!

Não aceitamos a transferência de trabalhadores e serviços para as juntas de freguesia

No dia 8 de maio, no Cinema de São Jorge, e à noite no refeitório do Complexo Municipal dos Olivais 2, os trabalhadores da CML decidiram endurecer a luta contra a intenção do atual executivo liderado por António Costa em esvaziar a autarquia dos seus serviços municipais e dos respetivos trabalhadores. Deste modo, os trabalhadores do município entrarão em greve faseada e alternadamente e, por fim, de forma geral na semana de **10 a 16 de junho**.

Uma proposta de luta que terá **dia 14 de junho**, como o dia de greve geral para todos os trabalhadores da Câmara Municipal, independente do serviço e/ou orgâni-

ca a que estão afetos.

Até fins de maio, o STML irá realizar no maior número de locais de trabalho possível, plenários de esclarecimento e mobilização tendo em vista a concretização deste plano de luta, decidindo igualmente as suas especificidades em termos definitivos.

António Costa tem que ouvir as nossas pretensões! Só com a luta e com a unidade na ação, garantimos os nossos direitos e os nossos interesses! Assim o demonstraram as centenas de trabalhadores que, no fim da reunião magna no Cinema de São Jorge, se deslocaram em protesto para a Praça do Município. ■

Reorganização da Estrutura Organizacional e Competências Funcionais da EGEAC

O Conselho de Administração (CA) da EGEAC nunca escondeu a sua intenção em fazer uma reestruturação na empresa. O objectivo da implementação desta nova estrutura organizacional visa, essencialmente, tornar a EGEAC numa estrutura política determinada por relações de poder, considerados no tempo e no espaço.

A forma como o CA tem vindo a conduzir este processo tem preocupado, em grande medida, os trabalhadores, considerando que optou por não incluir a Comissão de Trabalhadores e o STML na construção desta proposta de reestruturação.

Por demais evidente foi o desrespeito demonstrado face ao tempo de reflexão necessário para analisar as matérias de interesse dos trabalhadores e que têm, obrigatoriamente, que ser discutidas em plenário. Esta

postura do CA demonstra a negação ao **princípio** essencial da negociação. Um **princípio** tantas vezes mencionado pelos membros do CA como elemento indispensável ao sucesso desta reorganização.

Na prática, o que se observa é mais uma demonstração de poder arbitrário, valorizando a prática da imposição à negociação. Uma forma de agir que revela uma postura autoritária em detrimento da união de sinergias e da participação das partes.

Apesar dos constrangimentos referidos realizou-se um plenário geral de trabalhadores, no dia 4 de abril, onde foram apresentadas pelos trabalhadores várias propostas de alteração ao documento, previamente analisado, e que consistia nos seguintes pontos:

1. O esvaziamento das competências do CA;

2. Estratégia comercial da empresa;
3. Impacto financeiro com os recursos humanos;
4. Extinção de um gabinete e criação de uma direcção.

Mais uma vez, o CA, numa atitude de plena demagogia e fazendo tábua rasa dos contributos dos trabalhadores e das decisões tomadas em plenário, informou que a nova organização funcional e orgânica da EGEAC entraria em vigor no dia 1 de maio de 2013.

Desvalorizar as propostas de uma das partes interessadas num qualquer processo de reestruturação pode, à partida, condenar o sucesso desse mesmo processo. Será este o propósito do CA da EGEAC?

O STML continuará a acompanhar este processo, na única perspectiva dos interesses dos trabalhadores. ■

Gerir com recurso a manobras dilatórias

Se retrocedermos ao ano de 2008, ano em que é nomeado em comissão de serviço o atual comandante do RSB, uma das primeiras medidas a ser anunciada foi a criação de vários grupos de trabalho com o objetivo de resolver algumas situações que se vinham arrastando e sem solução à vista. Apareceu como um *Dom Sebastião*, deixando no ar a esperança de que finalmente tinha chegado alguém que iria colocar sobre os carris o RSB.

Passados estes anos podemos constatar, que o verdadeiro objetivo era afinal distrair os bombeiros, pois até hoje, ainda não se viu a aplicabilidade dos resultados obtidos pelos grupos de trabalho, sabendo-se que as pessoas envolvidas nesses grupos, deram o melhor de si para concretizarem as diretivas do comandante do Regimento.

Desde algum tempo a esta parte que vimos assistindo por parte do comando do RSB, a uma estratégia que privilegia o adiar ou o retardar o mais possível, situações que deveriam ser resolvidas com a maior celeridade, algumas que claramente prejudicam a boa imagem granjeada ao longo dos anos e outras que põem em risco, em primeiro lugar os bombeiros e, colateralmente, todos aqueles que deles dependem em situações de socorro.

Abrem-se concursos para aquisição de material e, passado algum tempo, esses mesmos concursos por razões que o ser humano desconhece, ficam sem efeito. Passado mais algum tempo volta-se a abrir novos concursos para a aquisição do material do concurso anterior. E de concurso em concurso que os anos vão passando e não há meio de adquirir o tão almejado material.

É no mínimo estranho que atualmente no RSB as aquisições de material se eternizem sem que exista uma razão lógica para que isso aconteça, chegando ao ponto de existir viabilidade legal e autorização para se fazerem alguns contratos de ajuste direto, o que abreviava a aquisição do material, mas, inexplicavelmente, o comando decide-se pela abertura um novo concurso público com alterações ao caderno de encargo. Práticas que irremedia-

velmente se traduzem em mais um longo período de espera. “Os bombeiros aguentam, quem esperou tanto tempo pode esperar mais algum”, pensará o atual Comandante e o executivo camarário.

E assim se vai gerindo o Regimento, de promessa em promessa, de projeto em projeto, de aberturas de concursos públicos seguido da cessação desses mesmos concursos. E quando damos por isso já se passaram vários anos e em vez de evoluirmos, verificamos que nem sequer estamos na mesma, mas que de facto regredimos.

De ano para ano e com maior ênfase em anos de eleições, vamos vendo e ouvindo promessas de resolução dos problemas que afetam os bombeiros e de projetos que nunca passam disso mesmo. O Dr. António Costa já nos habituou, em anos de eleições autárquicas, com anúncios de novos projetos, apresentados com a pompa e circunstância exigida. Claro está que, com o passar do tempo, ficam esquecidos nas gavetas dos gabinetes.

Fruto da incapacidade e inaptidão do poder político que coadjuvado por um (i)responsável operacional, observamos a inexistência de um verdadeiro projeto para o Regimento. Este poder hoje instalado, nunca permitiu que os bombeiros pensassem pela sua própria cabeça, retaliando inclusivamente, com quem não concordasse com as suas ideias. Como tal, nunca conseguindo também, estar em sintonia com os próprios bombeiros.

Quem ao longo destes anos não conseguiu acolher, por uma vez que fosse, a simpatia dos bombeiros, faltando à verdade, omitindo factos, entrando em confrontos diretos e criando uma paz podre dentro do RSB, só se compreende que se mantenham no cargo porque António Costa dá mais importância ao nepotismo político do que ao bem-estar dos trabalhadores e à segurança dos munícipes.

Quem recorre ao engodo para gerir os destinos do Regimento, não possui as condições necessárias para estar à frente dos destinos de uma instituição secular como o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa. ■



Eleições para os Corpos Gerentes do STML

Vão ter lugar nos próximos dias 28 e 29 de maio, as eleições para os Corpos Gerentes do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa.

Este é um ato da maior importância na vida deste coletivo que ao longo de 36 anos de existência se tem revelado como a maior e principal organização representativa dos trabalhadores do Município de Lisboa. Estas eleições vão decorrer num ambiente político, social e económico, absolutamente adverso para os trabalhadores em geral e para os do Município em particular, exigindo maior responsabilidade na resposta sindical por parte desta estrutura, responsabilidade essa, que sempre foi e será assumida, tanto no plano 'interno', como no âmbito da sua participação nas estruturas mais representativas do Movimento Sindical Unitário, nomeadamente na Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, na União dos Sindicatos de Lisboa e na CGTP-IN.

Desde as últimas eleições para os Corpos Gerentes do STML, tem-se registado uma ofensiva sem precedentes contra os direitos e rendimentos dos trabalhadores e aposentados, em oposição ao favorecimento do grande capital. Esta tem sido a opção política dos governos, tanto do PS de Sócrates, como do PSD/CDS-PP de Passos e Portas.

Os trabalhadores da Administração Pública como o primeiro alvo a abater

Pela mão do governo PS/Sócrates, assistimos a uma larga ofensiva contra os direitos dos trabalhadores: fim do vínculo definitivo, introdução do contrato de trabalho em funções públicas, do SIADAP e dos mapas de pessoal, fim das reclassificações, destruição das carreiras profissionais, reforma dos serviços administrativos autárquicos, criação da lei da mobilidade especial, entre outras matérias.

Indo mais longe, a atual maioria PSD/CDS-PP, a pretexto da crise em que mergulharam o país, avançou com reduções brutais nos rendimentos dos trabalhadores, através de cortes salariais, do roubo inconstitucional dos subsídios de férias e natal, da redução substancial do valor do trabalho extraordinário, na redução das pensões e refor-

mas, ao mesmo tempo que começam a delinear um plano que visa o despedimento de milhares de trabalhadores e o aumento da jornada de trabalho.

No Município de Lisboa, o PS de António Costa, segue a cartilha neoliberal do governo, aliando-se conjuntamente ao PSD nas grandes linhas de ação, perseguindo o objetivo de redução dos serviços municipais. Sendo a opção pelo setor privado através de concessões e externalizações, a marca política deste executivo.

A infeliz reestruturação de serviços levada a cabo em 2011 deu razão ao STML, ainda hoje, a desorganização e o caos se fazem sentir em vários serviços municipais.

Mais recentemente, a Assembleia Municipal aprovou a reorganização administrativa da cidade. Esta decisão deu origem à lei 56/2012, aprovada na AR com os votos favoráveis do PS e PSD. Esta lei atribui às freguesias um conjunto de competências até aqui na alçada da CML. Estamos perante um projeto que esvazia a autarquia, considerando a possibilidade da transferência de meios humanos, materiais e financeiros para as juntas de freguesia. O impacto desta alteração, a concretizar-se, vai requerer não só uma grande unidade e determinação dos trabalhadores, como uma ação sindical firme na defesa de postos de trabalho e na salvaguarda integral dos direitos dos trabalhadores do município.

Nestes últimos quatro anos e numa fase de firme resistência, são de valorizar algumas conquistas importantes alcançadas pelos trabalhadores com o envolvimento incontornável do STML: - a **Opção Gestionária** em 2009, que permitiu a 4.500 trabalhadores subir de vencimento; a **atualização em 2010, do Subsídio de Insalubridade, Penosidade e Risco**, sem alteração desde 2002; a **redução de 6 para 5 dias da jornada de trabalho no período noturno** para os trabalhadores da Limpeza Urbana ou o impedimento na redução de efetivos por turno no RSB, travada por uma greve de 10 dias. Fiel aos princípios e valores fundamentais que estiveram na origem da criação deste Sindicato - a

defesa dos direitos dos trabalhadores e simultaneamente a luta por uma democracia mais participativa e mais solidária. Neste contexto, a Direção cesará as eleições compostas por representantes dos municípios do Município de Lisboa em comum, para contribuir para a melhoria da presença, em locais de trabalho.

O ato eleitoral é uma manifestação da vontade dos trabalhadores do Município de Lisboa - o STML.

Votar implica a defesa dos direitos dos trabalhadores e um sindicato que luta pelo melhor dos interesses dos associados do STML. DIREITO ao voto!

A **lista A** tem como objetivo a defesa dos trabalhadores e a melhoria de uma cidade melhor.

Reforçar e melhorar a atuação do STML Municipal na cidade, defendendo os seus direitos e resolvendo os problemas que se fazem sentir e independentemente de quem digam respeito.

Para alcançar os objetivos, é imprescindível a luta de aglutinar as vontades dos trabalhadores do município para cumprir a sua missão: defender os bons e maus momentos.

A força do STML Municipal concede-se! Dê-lhe as costas ao governo e assumam a sua responsabilidade e

Corpos Gerentes

Corpos Gerentes

tos e rendimentos dos trabalha-
eamente a defesa do poder local
os serviços públicos municipais,
sociedade mais justa, mais huma-
ria, e numa linha de continua-
sante apresenta uma lista a estas
ta por homens e mulheres prove-
s diversos sectores profissionais
Lisboa. Todos partilham uma von-
dar mais força a quem trabalha, e
uma maior dinamização e amplia-
ção e intervenção do STML nos
o, junto dos trabalhadores.

l representa em si mesmo a ma-
ntade expressa e inequívoca dos
o município de Lisboa, no reforço
ical mais representativa da autar-

o lema **“Reforçar a unidade
es. Com os valores de Abril fazer
or”**.

elhorar a intervenção da Câmara
de Lisboa, só é possível valo-
radores, defendendo os seus
endo os inúmeros problemas que
em dezenas de locais de trabalho,
nte, do sector profissional a que

estes grandes e fundamentais ob-
cindível um sindicato coeso, capaz
ontades dos milhares de trabalha-
pio e determinado em cumprir a
ende-os intransigentemente, nos
mentos!

ML é a força que os trabalhadores
ias 28 e 29 de maio, que ninguém
SEU sindicato! Votar é uma res-
uma obrigação de cada um! ■



REFORÇO da LUTA



A manifestação de 15 de Março levou milhares de trabalhadores da administração pública ao Ministério das Finanças

Dezenas de milhares de trabalhadores da Administração Pública (AP) responderam à convocatória da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, enchendo a Avenida da Liberdade, com o seu justo protesto, levando-o ao Ministério das Finanças. À aplicação de uma política de direita, neoliberal, que rouba os rendimentos do trabalho em favor do capital, despejando milhares de milhões na banca, junta-se a incompetência e uma execução orçamental desastrosa. E assim nasce um buraco de 4 mil milhões de euros, que o governo pretende “tapar”, cortando nas funções sociais do Estado, designadamente na saúde, na educação e na segurança social, de forma definitiva. Para os trabalhadores da AP, aplicam-se medidas nefastas, pretendendo o governo avançar com um novo ‘pacote de austeridade’ de todo inaceitável!

Estão previstas medidas como os despedimentos, através da mobilidade especial, a intenção de aumentar o horário de trabalho e uma redução maior do vencimento em caso de doença.

A estes ataques sucessivos, os trabalhadores da Administração Públi-

ca Central, Regional e Local, responderam da única forma possível: **A LUTA!**

Cercando o Ministério das Finanças, os trabalhadores exigiram a demissão do governo e o fim da política de direita, comprometendo-se a lutarem na defesa das funções sociais do Estado, dos postos de trabalho e dos seus direitos.

A luta continua porque está na hora do governo ir embora! ■



Marcha Contra o Empobrecimento levou milhares de portugueses à rua em protesto contra a política do governo

Iniciada no dia 6 de abril e depois de ter percorrido 42 cidades de norte a sul do país com a participação de milhares de trabalhadores, culminou em Lisboa no dia 13 do mesmo mês, a marcha promovida pela CGTP-IN sob o lema “*Contra Empobrecimento, Mudar de Política e de Governo*”. Organizados em três colunas, uma com partida do Cais do Sodré, outra com início na Praça do Príncipe Real e ainda uma promovida pela INTERJOVEM/CGTP-IN, os milhares de participantes confluíram para a Praça Luís de Camões, deslocando-se posteriormente para a Assembleia da República.

Esta ação constituiu uma denúncia e um alerta para o empobrecimento e degradação das condições de vida sentidos por toda a população do país (trabalhadores, jovens, desempregados, aposentados, estudantes,

entre outros setores), mas também a afirmação de que é possível sair da crise e implementar medidas que combatam a destruição de postos de trabalho e o desemprego e permitam que a economia cresça, que criem emprego e uma vida digna para todos.

O Governo do PSD/CDS-PP não tem soluções para o país. Prosseguindo uma política de classe, que se inscreve na matriz de governar de acordo com os interesses do grande capital económico e financeiro, está a levar à ruína milhares de micro e pequenas empresas, ao mesmo tempo que impõe o empobrecimento à generalidade das famílias, muitas delas encontrando-se já em estado de extrema pobreza

É preciso travar esta política de calamidade pública. Este Governo está totalmente desacreditado, perdeu a confiança da esma-

gadora maioria dos portugueses, já não tem legitimidade política, ética ou moral para continuar. Pelo contrário, é um Governo acossado pelo Tribunal Constitucional que o declarou fora-da-lei.

É necessária uma alternativa política, de esquerda, que dê combate às desigualdades e promova a justiça fiscal, nomeadamente: taxar todas as transações financeiras; aplicar uma sobretaxa sobre as mais-valias e dividendos dos grandes acionistas; combater a fraude e evasão fiscal, de forma célere e eficaz.

Uma política que, em vez de cortar na despesa social, **corte:**

1. Nos juros da dívida (só em 2013 os portugueses vão pagar mais de 8 mil milhões de euros);
2. Nas parcerias público-privadas;
3. Nas chamadas “rendas do sector eléctrico”;
4. Na eliminação do “deficit tarifário” que mais não é que um financiamento ilegítimo do Estado às empresas produtoras de energia;
5. Nos benefícios fiscais aos grupos económicos e financeiros.

As soluções existem e desconstroem sem margens para dúvidas as teses das inevitabilidades tão propagada pelos governantes atuais. ■



Lutar por Abril

39 ANOS depois daquela manhã em que os militares e o povo português derrubaram a miséria e a opressão fascista, milhares de pessoas saíram de novo à rua para celebrar Abril. 39 anos depois, aclamando a liberdade conquistada, milhares de pessoas percorreram, como é hábito na democracia que Abril nos deu, a Avenida da Liberdade, em Lisboa. Porém, 39 anos depois da revolução que garantiu ao povo português melhores condições de vida, esperança e dignidade, milhares de pessoas gritaram a sua indignação contra aqueles que querem destruir Abril.

Precisamente sob o signo da indignação que nos invade, este 25 de Abril foi, talvez mais do que qualquer outro, um 25 de Abril em que ficou ainda mais presente a necessidade de lutar por Abril. De lutar pela democracia, pela liberdade, pela saúde e pela educação públicas, pelo direito à habitação e ao emprego... em suma, de lutar contra todos aqueles que pretendem varrer as conquistas que os trabalhadores e o povo português almejavam quando derrubaram o fascismo de Salazar e Caetano naquela manhã de 25 de Abril de 1974.

Hoje, parece impensável para os que durante décadas arriscaram a própria vida combatendo para libertar Portugal do jugo ditatorial, para aqueles que após Abril foram lutando pela revolução que construiu um Portugal mais livre e mais justo, para quem perante as iniciativas contrarrevolucionárias inscritas pela direita resistiram e conquistaram para o povo português direitos e liberdades onde alicerçar um Estado social moderno e mais

justo, para os que jamais deixaram de acreditar que é possível continuar a construir Abril, ver Portugal, de novo, na mão de interesses estrangeiros e dominado por uma direita reacionária e determinada em trair a soberana vontade da maioria dos portugueses em continuar Abril.

O governo da troika de Passos Coelho, apoiado por Cavaco Silva, hoje presidente da república, vai continuar a destruir o Estado social, a roubar salários, a agravar o desemprego, a empobrecer o país para depois o vender em campanhas de promoção por esse mundo fora através da rede diplomática portuguesa (atualmente liderada por Paulo Portas). Move-se numa guerra ideológica contra as conquistas de Abril, com mandato passado pela Comissão Europeia (liderada por Durão Barroso a mando da Alemanha e do grande capital transnacional), defendendo-se com o chavão do “governo legitimamente eleito”, como se a democracia começasse e acabasse simultaneamente no ato de votar.

Para os travar, para os derrotar, para evitar que ainda mais “portas que Abril abriu” se fechem, temos que lutar por Abril. Uma luta que está aí nas ruas, nos postos de trabalho, na nossa intervenção cívica e que, certamente, mais cedo do que tarde, poderá ter o efeito desejado de proporcionar eleições livres onde, cada um de nós, tem o dever e a legitimidade de dizer basta à maioria de direita que suporta este governo e a troika FMI/BCE/CE. Porque Abril, tal como a democracia, constrói-se e defende-se todos os dias. Por isso, sempre afirmamos: 25 de Abril sempre! ■



25 de Abril – Sempre! Sempre fomos e seremos um Sindicato de Abril

Somos orgulhosos na afirmação de o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa ser um sindicato de Abril.

Assim, sempre fomos, somos e seremos Intransigentes na defesa dos trabalhadores e diariamente mostramos os princípios que Abril abriu ao país e, no nosso caso específico, à cidade capital na defesa do serviço público de qualidade feito por quem sabe, ou seja, pelos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa.

Para celebrarmos o Aniversário do nosso Sindicato e para comemorarmos o 25 de Abril, o STML, levou mais uma vez a efeito, no dia 25 de Abril, o já tradicional "Grande Almoço de Convívio", na sede do Grupo Sportivo Adicense, em Alfama.

Participaram nesta ação, cerca de cem associados e respetivas famílias (nos quais se incluem muitas crianças que não faltaram a esta iniciativa) que, após o repasto engrossaram o desfile do 25 de Abril na Avenida da Liberdade.

Esta manifestação contou com uma forte participação dos Trabalhadores do Município de Lisboa, até porque, são imensos os desvios e ataques desferidos às conquistas que Abril trouxe ao País, provocando um gigantesco retrocesso e empobrecimento.

Nesse dia e com a nossa ação diária conseguiremos reconquistá-las e levar a uma alteração de política que vise um futuro melhor para todos os portugueses. ■



1.º de Maio: milhares na Alameda exigem fim do governo de direita

Do Martim Moniz à Alameda D. Afonso Henriques, foram milhares aqueles que saíram à rua para comemorarem mais um Dia Internacional do Trabalhador, organizado pela CGTP-IN. Os trabalhadores repudiaram a política recessiva, responsável por mais um milhão e meio de desempregados, a maior quebra do poder de compra de que há memória, o bloqueamento da negociação coletiva, o maior défice e dívida de sempre, responsabilizando o governo PSD/CDS por este empobrecimento sem paralelo de Portugal e do povo português. Perante uma multidão de milhares de trabalhadores, o secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, fez eco da vontade da grande maioria dos portugueses. No discurso da Alameda exigiu-se a demissão do governo de direita e uma nova política, capaz de responder às justas aspirações do povo e dos trabalhadores portugueses. Em suma, os trabalhadores exigem uma nova política capaz de defender os interesses nacionais, e não os interesses do grande capital, dos credores e da troika.

É urgente renegociar a dívida, seus montantes, prazos e juros; investir na produção nacional, privilegiando a indústria, agricultura e pescas; dinamizar o mercado interno promovendo o aumento dos salários, nomeadamente o salário mínimo nacional para 515 euros. É urgente aumentar pensões e reformas e, acima de tudo, defender e desenvolver políticas que promovam a criação de emprego para combater de vez a espiral de desemprego que assola o país devido às políticas recessivas até aqui implementadas pelo governo de Passos Coelho e Paulo Portas.

Os trabalhadores reunidos nas comemorações deste 1.º de Maio aprovaram ainda uma concentração, marcada para 25 de Maio, às 15h30, em Belém, junto à residência oficial do Presidente da República. Ali, faremos ouvir a nossa voz perante o maior (e provavelmente o ainda único) aliado deste governo. Parece que Cavaco o ouça, ali estaremos todos! Contra a exploração e o empobrecimento. Pela imperiosa necessidade da demissão deste governo. A luta continua! ■

O STML, além da sua participação na manifestação, com o envolvimento de algumas centenas de trabalhadores, teve como habitualmente o seu bar na Alameda, onde foi possível encontrar amigos e camaradas, colegas e conhecidos e, num mesmo ambiente de camaradagem, conviver alegremente o *dia* que é o *dia* de todos!

Ao dia de protesto, incontornável e imprescindível nos tempos conturbados que atravessamos, conjugou-se um dia também de festa, porque a nossa unidade e a nossa solidariedade não se faz apenas de protestos e manifestações, mas faz-se também de amizade e alegria. A todos os que marcaram presença, nem que fosse pelo simples gesto de 'dizer adeus', uma calorosa saudação!

Viva o 1º de Maio, viva a luta dos trabalhadores do município de Lisboa! ■



Degradação das condições de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho

Um problema cada vez mais premente na “ordem do dia”.

Desde 1996 é comemorado em todo o mundo o dia 28 de Abril, como forma de homenagear as vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais. Neste ano de 2013, esta efeméride foi comemorada numa sessão solene na Assembleia da República a 29 de Abril (o dia 28 calhou este ano a um domingo).



Uma sessão que contou com a participação da Comissão Parlamentar da Segurança Social e Trabalho, da ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, representantes dos vários grupos parlamentares, do secretário-de-estado do Emprego e diversos parceiros sociais, entre os quais o STML.

Com o tema central “A Prevenção das Doenças Profissionais”, em alinhamento com a temática escolhida pela OIT para a comemoração do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, e não esquecendo o tema dos acidentes de trabalho que, apesar de terem causado menos vítimas mortais em 2012 (149), em comparação com 2011 (161), continua a ter níveis inaceitáveis para uma sociedade que se quer evoluída e em que não se pode continuar a achar que é normal morrer a trabalhar. (Possivelmente esta redução também se deve ao facto de existirem menos pessoas a trabalhar, devido ao aumento do desemprego).

A tónica presente nesta comemoração foi marcada pela necessidade em apostar cada vez mais na prevenção, na sensibilização e na fiscalização. Ficou patente, os inúmeros problemas que as entidades intervenientes têm que enfrentar de forma a concretizar a sua missão.

A crise económica que hoje se vive no nosso país, não deve servir de desculpa para que se negligenciem todos os aspetos considerados imprescindíveis no plano da intervenção dos acidentes de trabalho e de prevenção das doenças profissionais.

Observa-se uma continuada e inaceitável displicência dos sucessivos governos em relação a esta problemática. Verificam-se cortes incompreensíveis nos meios financeiros indispensáveis à ação da ACT, e que se refletem posteriormente na sua dificuldade em implementar a estratégia para a qual foi criada, quer no plano da sensibilização, quer na fiscalização. Trava-se deste modo a desenvolvimento de uma cultura de segurança e saúde no trabalho que se revela imprescindível nos tempos atuais.

Deixamos algumas das conclusões deste encontro com um conjunto de medidas que serão necessárias introduzir visando a defesa exclusiva dos trabalhadores:

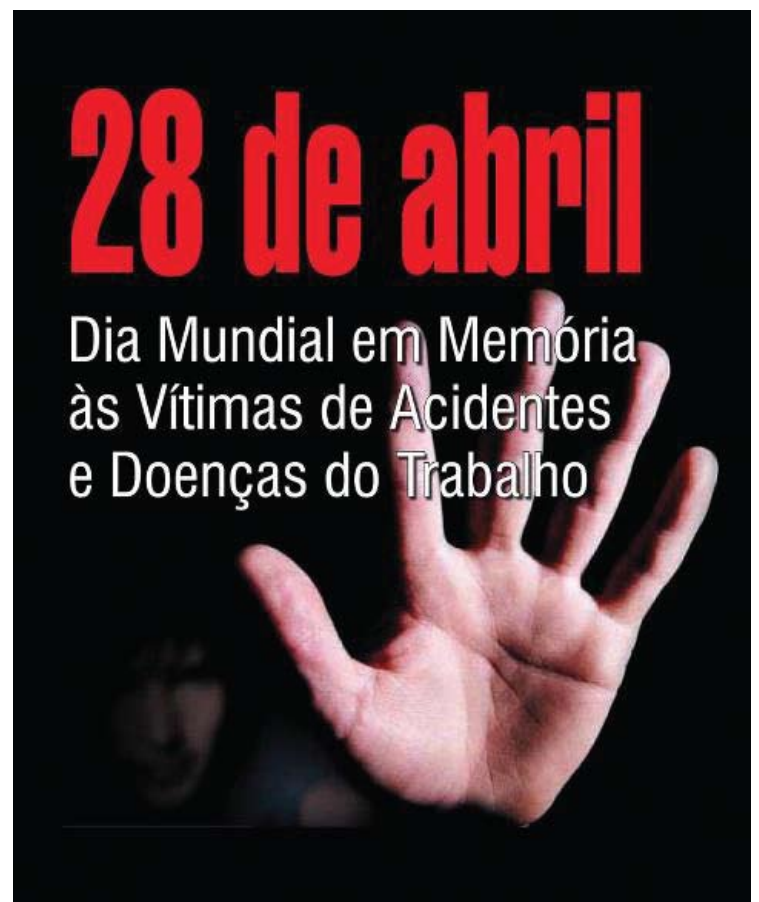
- Num acidente de trabalho/doença profissional apenas é reparada, a título de indemnização, a incapacidade para o trabalho que um trabalhador sofre, nunca sendo reparados os danos morais e outros que advêm de um episódio;

- Continua a não existir uma cultura de reintegração/ requalificação para o trabalho, existindo mesmo muitas empresas que depois de um trabalhador recuperar parcialmente de um episódio deste tipo, ser alvo de processos de desvinculação;
- Deve ser uma prioridade de quem legisla criminalizar os responsáveis das empresas que persistem, muitas vezes com dolo, no incumprimento das normas e obrigações em matéria de saúde e segurança;

- Minorar os prazos para a aprovação das candidaturas aos planos de sensibilização promovidos pelas entidades que intervêm nestas áreas, complementando a acção das entidades competentes.

Na CML, apesar de algumas melhorias introduzidas na prevenção e minimização dos riscos a que os trabalhadores estão sujeitos (ex.: a criação de equipas multidisciplinares para o acompanhamento de vários grupos profissionais, aquisição de mais EPI's, que na fase da sua escolha são alvo da consulta dos RDT), continuamos a verificar várias lacunas e atrasos existentes quer na prevenção, quer na sensibilização e recuperação dos sinistrados de trabalho e também no campo das doenças profissionais.

É por isso indispensável continuar a lutar pelo trabalho digno e seguro! ■



ESPAÇO DOS APOSENTADOS

É preciso que fique bem claro que a Lei Fundamental da Nação foi, pela 2.ª vez, desrespeitada por este Governo e pela maioria que o apoia na Assembleia da República!

É preciso esclarecer que o buraco de 1.300 milhões de euros atribuído ao Tribunal Constitucional (TC) não foi criado por este, mas sim pelo Governo que não cumpriu a Constituição ao elaborar o orçamento para 2013.

Este buraco é apenas mais um a crescer às sucessivas derrapagens na execução orçamental que no final de 2012 ascendiam a mais de 3 mil milhões; em 2013 vamos pagar 9,7 mil milhões de juros pela dívida contraída, valor 12 vezes superior ao das medidas chumbadas pelo TC.

Há alternativa para este descalabro

Só no 1.º trimestre deste ano o Estado teria conseguido uma receita suplementar de 980 milhões e uma redução da despesa na ordem dos 1.129,81 milhões se tivesse acolhido as propostas alternativas apresentadas pela CGTP.

Enquanto não para de aumentar o número de trabalhadores com salários em atraso e o desemprego atinge níveis assustadores; enquanto se intensifica o esbulho fiscal aos reformados, aos trabalhadores, aos pequenos e médios empresários; enquanto a economia se desmorona e o povo empobrece... O setor financeiro e os setores estratégicos da economia (que nunca deveriam ter sido privatizados) continuam com lucros obscenos. E ofensivos são também os vencimentos, prémios e pensões dos que estão ou estiveram (alguns por pouquíssimo tempo) nos conselhos de administração dessas empresas.



A saga dos reformados

● **31/12/2012** – Art. 77.º OE 2013 decreta suspensão do pagamento do Subsídio de Férias.

● **19/02/2013** – Começa a ser pago em duodécimos o Subsídio de Natal.

● **05/04/2013** – Tribunal Constitucional revoga Art. 77.º.

● **18/04/2013** – Trocam-se os nomes aos subsídios. Em Julho não será pago o de férias porque já está a ser pago em prestações e em Novembro o de Natal terá cortes, pois será então feito o acerto à nova tabela de IRS.

● **24/4/2013** – Sindicatos recebem projeto de diploma. Mais confusão e divisão nos reformados: pensões até 600€ receberiam no Verão o Subsídio de Natal; entre 600€ e 1100€ só receberiam parte nessa altura e o resto em Novembro; acima de 1100€ (“classe rica”) o Subsídio de Férias “travestido” em Natal seria em prestações -10% no Verão, o restante em Novembro.

Mas a CGTP, a Inter-reformados e a Comissão de Reformados do STML irão prosseguir o nosso combate de sempre – pela reposição da legalidade, por melhores condições de vida.

Atividade sociocultural

No dia 20 de abril participámos na comemoração do 39.º Aniversário da Revolução dos Cravos, promovida pela Inter-Reformados/Lisboa. O passeio a Peniche incluiu um debate sob o lema “As Portas que em Abril abrimos não as deixaremos fechar” no auditório da Câmara Municipal e abriu com a projeção do filme “As boas ideias não têm idade... têm futuro”.

Após o almoço fizemos uma visita guiada ao Forte de Peniche onde tivemos oportunidade de ouvir algumas particularidades das duas mais famosas fugas daquela prisão política: a de Dias Lourenço e a de Álvaro Cunhal com nove companheiros. ■



Porque a vida e a luta continuam!

O **STML** apela a todos os sócios em vias de aposentação para que se mantenham sindicalizados. Com uma quota mínima mensal de 0,50 €, podem participar nas actividades da **Comissão de Reformados**, tanto culturais como reivindicativas, beneficiando ainda de todos os direitos estatutários, incluindo o apoio jurídico.

A **Comissão de Reformados** reúne na 3ª quarta-feira de cada mês, exceto em Agosto. ■

Porque a vida e a luta continuam!

O **STML** apela a todos os sócios em vias de aposentação para que se mantenham sindicalizados. Com uma quota mínima mensal de 0,50 €, podem participar nas actividades da **Comissão de Reformados**, tanto culturais

como reivindicativas, beneficiando ainda de todos os direitos estatutários, incluindo o apoio jurídico. A **Comissão de Reformados** reúne na 3ª quarta-feira de cada mês, exceto em Agosto. ■

Grandiosa manifestação nas comemorações do Dia Nacional da Juventude Trabalhadora!

A INTERJOVEM/CGTP-IN (organização da central sindical representativa de todos os jovens trabalhadores) realizou em Lisboa, no dia 27 de março, uma grande manifestação de jovens trabalhadores. Nesta manifestação que tinha como lema “**Queremos Trabalho! Exigimos Direitos! Na Rua para os pôr na rua!**”, jovens trabalhadores desfilaram desde a Rua do Carmo até à residência oficial do primeiro-ministro, reivindicando o direito ao trabalho estável e com direitos, a garantia da autonomia e do desenvolvimento das suas aspirações e projectos.

Na comemoração do dia nacional da juventude que contou com milhares de jovens trabalhadores que, apesar de conviverem diariamente com a crescente precariedade, com baixos salários, com a retirada de direitos e com a constatação de empobrecimento generalizado, não viraram a cara à luta e não se mostraram resignados, enchendo as ruas da baixa de Lisboa e exigindo que se cumpra o direito constitucional de terem trabalho com direitos. A demissão deste governo foi igualmente uma das principais reivindicações!

Constatou no final da manifestação o secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, que mais de 40% dos jovens Portugueses estão desempregados e mais de 60% não ganha o suficiente para ter uma vida autónoma, mantendo-se em casa dos pais e que mais de 65 mil jovens deixaram o nosso país, numa vaga de emigração como há muito não assistíamos, vendo os jovens trabalhadores com formação e experiência de trabalho, necessários nas empresas, nos Serviços, nos hospitais e nas escolas, sem trabalho e sem estabilidade, obrigados a estagiar durante longos períodos, em situação de desemprego alternada com recibos verdes, desvalorizados e explorados de forma cada vez mais intensa.

Denunciou ainda que são cada vez mais os jovens trabalhadores-estudantes e os filhos das classes trabalhadoras que abandonam o



ensino secundário e superior pelos custos que este representa, face ao valor inusitado das propinas e o total subfinanciamento da Acção Social Escolar.

Foi ainda aprovada uma moção, por unanimidade, reafirmando a grande vontade que temos, como trabalhadores e como jovens, para contribuir para uma alternativa à política de direita que só serve os patrões, à miséria e ao desemprego, à precariedade e baixos salários, que este governo e a troika nos querem impor.

Torna-se assim imperativo, colocar as conquistas de Abril no centro das nossas exigências, para derrotar aqueles que nos querem cada vez mais desunidos e explorados.

A luta continua! Pelo nosso presente, mas principalmente pelo nosso futuro! ■

Qual o futuro para os trabalhadores da EPUL?

Passados cerca de cinco meses desde a apresentação da extinção da EPUL em sessão de câmara, por António Costa, onde foi votada favoravelmente pelo PS, PSD e CDS, o futuro dos trabalhadores desta empresa municipal, continua envolto em dúvidas e para as quais não há respostas concretas. Apesar da proposta de extinção ainda não ter sido votada na Assembleia Municipal, o executivo considera-a como facto consumado.

Os trabalhadores continuam com informação limitada sobre as probabilidades para a resolução da sua situação laboral. Embora as razões apontadas para a extinção da empresa apontem maioritariamente para a situação económica e financeira deficitária, referindo o executivo camarário que tem de injetar o dinheiro necessário ao pagamento dos salários, a administração da EPUL, não se eximiu de contratar uma empresa de gestão de recursos humanos, com o objetivo único de despedir estes trabalhadores. Uma ‘contratação’ envolvendo cerca de 300 mil euros, ou seja, mais de um mês de vencimentos da EPUL.

O STML, desde o início deste processo tem procurado obter da CML garantias sobre o futuro dos trabalhadores, colocando e denunciado este problema, tanto em sessão de câmara, como na Assembleia Municipal.

Foi com esse objetivo que participámos numa reunião com o vice-presidente da autarquia e a vereadora dos recursos humanos. A CML apresentou vários cenários expectáveis para os trabalhadores no caso

de extinção da EPUL. Neste sentido, avançam com o seguinte:

1. Indeminização;
2. Reforma antecipada;
3. Integração noutras empresas municipais ou na CML, através de Acordo de Cedência de Interesse Público (ACIP).

As explicações às dúvidas do STML foram claramente insuficientes. Constatção paradigmática nos casos que dizem respeito:

- Aos salários a auferir pelos trabalhadores quando celebrarem o ACIP?
- Aos salários a auferir quando integrarem definitivamente os mapas de pessoal da CML?
- Em que moldes decorrerá o processo concursal necessário à sua integração nos mapas de pessoal da CML?
- Quais os valores das indemnizações a atribuir?
- Como se procederá ao pagamento das reformas antecipadas?

Todas estas informações foram transmitidas aos trabalhadores da EPUL, num plenário no qual o STML esteve presente a convite da respetiva Comissão de Trabalhadores.

Está em causa o futuro de centena e meia de homens e mulheres que sempre deram o seu melhor ao serviço do urbanismo da cidade, alguns ao longo de décadas, e que agora deparam-se com um mar de dúvidas. Paralelamente, o executivo municipal além de pouco esclarecer, demonstra uma pressa inusitada em “arrumar” o assunto. ■

Portugal não resiste mais a este governo

É cada vez mais penoso elencar os resultados da política de austeridade seguida pelo governo de direita PSD/CDS. Portugal aprofunda a espiral recessiva dia após dia. Os trabalhadores portugueses empobrecem, o desemprego cresce a um ritmo vertiginoso, os serviços públicos degradam-se, o consumo interno retrai-se proporcionando o fecho de pequenas e médias empresas. Portugal, já tido pelos estudos de instituições internacionais como o país mais desigual da Europa ao longo de décadas, vê aprofundar as causas da desigualdade e da pobreza.

A política de direita dominou Portugal desde 1976. O combate às conquistas populares decorrentes da Revolução de Abril verificou-se em cada legislatura. A promessa do *el dourado* vendido com a adesão à então CEE, criaram a ilusão de riqueza que conduziu o país à destruição dos sectores primário e secundário. Lentamente, os

trabalhadores foram perdendo direitos, enquanto o sector financeiro ganhava cada vez mais poder na economia e na sociedade. Em suma, e paulatinamente, a classe dos privilegiados do fascismo voltava em força para dominar o regime democrático.

A voracidade dos grandes grupos económicos e a corrupção avalizada pelo domínio do aparelho de Estado através dos partidos de bloco central (PSD/PS) generalizaram-se e tornaram o país cada vez mais refém dos interesses daqueles dois partidos e dos desígnios do capitalismo internacional. Tudo isso se encontra vertido nas entrelinhas do plano de resgate financeiro assinado em 2011 pelo governo PS, pelo PSD e pelo CDS, após a luz verde dada pelos banqueiros apenas alguns dias antes.

De modo a manter e aprofundar o seu poder, o sector financeiro nacional e internacional, que baseia a sua atividade na especulação e numa prática depredadora de meios e recursos, viu os portugueses eleger um governo totalmente à medida da sua estratégia. PSD e CDS coligados tornaram-se os executores da agenda do grande capital. Não será por acaso que o governo tem, como colaboradores próximos, agentes formados no *Goldman Sachs*, o banco mais poderoso e obscuro do mundo que espalha a sua rede de domínio a nível global, quer em aparelhos de Estado quer em instituições transnacionais, como o FMI.

Ao serviço dos credores – que na linguagem mediática se tornaram “investidores” e não especuladores, como em bom rigor o são -, este governo destrói Portugal. Aponta a desvalorização do trabalho e a destruição do Estado social como pontos fulcrais da sua ação. Tornam Portugal mais pobre, mais débil e cada vez menos soberano. Legitimam a sua política de direita neoliberal, chantageando Portugal e os portugueses com a bancarrota. E contam com Cavaco Silva, agora Presidente da República e grande obreiro do estado a que o país chegou, como aliado institucional e estratégico para a continuação desta política criminosa.

Sendo cada vez mais evidente que este governo já não tem legitimidade para continuar a governar – as grandes greves gerais, greves sectoriais e grandiosas manifestações o demonstram, bem como o falhanço total dos números projetados em relação às execuções orçamentais – tem sido a Constituição da Repúbli-



ca Portuguesa o último entrave às pretensões de Passos/Portas. Apesar da timidez dos vetos dos juizes do Constitucional em relação à “austeridade”, percebe-se que a maior pedra no sapato do governo PSD/CDS é precisamente o principal instrumento do Estado de direito português. Neste momento, e não tenhamos dúvidas disso, o alvo preferencial deste governo é a Constituição, e o súbito interesse de envolvimento do PS num “plano de convergência” tem escondido o plano de rever as normas constitucionais que, ao abrigo da lei, só pode ser feito por maioria de 2/3 no parlamento.

À hora de fecho desta edição, Passos Coelho anunciou ao país um novo plano de austeridade. Alvos diretos: função pública e reformados. Indiretamente: todos os portugueses, porque o resultado deste ataque é o aprofundar da recessão (igual a mais desemprego) e a destruição do Estado social. Sem indicar números concretos, o PSD/CDS, tentando legitimar-se uma vez mais com o discurso das “inevitabilidades”, preparam-se para colocar no desemprego 10% dos trabalhadores em funções públicas e, assim, tornar inoperacional a capacidade de resposta do Estado às suas funções essenciais. Ao mesmo tempo, fala-se sem por menores numa revisão das tabelas salariais que, não será difícil prever, significará um novo decréscimo dos salários. Para além disso, e numa estratégia clara de ataque aos trabalhadores, o governo avança com a jornada de 40 horas semanais e aumenta a taxa de contribuição de cada funcionário para a ADSE em 1% (0,75% ainda este ano e 0,25%, em 2014).

Sem olhar a meios, o governo de direita, fantoche dos grandes interesses do capital, continua a sua guerra contra Portugal e os portugueses. Até quando cada um de nós vai aguentar esta guerra? Sim, porque um governo que encerra na sua estratégia a destruição das condições de vida de um povo e de um país é o inimigo público número 1. Por isso, afirmamos que é urgente a queda da maioria de direita e a sua substituição por um outro governo que assuma definitivamente uma política diferente, de defesa do Estado social, da democracia, da soberania nacional e dos trabalhadores portugueses. Porque, tragicamente, é tudo isso que o governo liderado por Passos Coelho e Paulo Portas estão a pôr em causa a cada dia que passa. ■

Serviços Sociais

Uma história (eleições) com final seguramente infeliz

Verdade, Rigor, Confiança, Preocupação Social e outros predicados são chamados à tona (mais uma vez) no apelo que é feito pelas várias listas que foram concorrentes aos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa. Quando se apregoam tais epítetos, menospreza-se a inteligência de quem trabalha na Câmara Municipal de Lisboa. Afinal, todos temos um passado e por certo, uns terão mais orgulho nesse passado que outros. Nas listas viu-se que estes são aqueles onde estavam os outros e chegaram uns forrados de novo a todo o lado!

Mais uma vez, os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, associados dos SSCML, foram chamados, não para decidirem, mas sim para apostarem (perdoem-nos a imagem os mais sensíveis) num cavalo que há muito passou a correr em sentido contrário.

Os Serviços Sociais foram criados com a extinção daquela que era a “nossa Caixa de Previdência”. Desde então, é impossível olhar para o novo organismo criado com a conivência dos partidos que têm gerido a autarquia na última década e meia (PS e PSD) e que, como em qualquer empresa com gestão partilhada, colocam os seus peões nesse poder, conseguindo até, coligações que de pronto geram cisões que puderam ser vistas nos elencos que compuseram as listas existentes.

Esta partidarização sedenta de poder a qualquer custo dos Serviços Sociais foi, é e será nefasta para uma salutar prática daquilo que deve ser o Serviço Social (no seu todo). Desde logo, podemos ver, como está o País em matéria social. As ideias colocadas em programas estão à partida viciadas/constrangidas com o modelo de gestão criado para os SSCML.

São muitos os sindicalizados no STML que perguntam, como é que os Serviços Sociais chegaram a este ponto. De facto, exige-se um recomeço para este organismo, porque ali nunca se bebeu nada do sumo do passado na “nossa Caixa”. A nossa grande diferença, é podermos ter orgulho em ser um sindicato de Abril que defende os trabalhadores! Ali, isso não existe. Os Serviços Sociais sufocaram o “Câmara Lisboa Clube”, criado pelos seus associados – trabalhadores

da CML. Os Serviços Sociais, não são a primeira escolha na urgência médica e hospitalar (são mais caros).

Os Serviços Sociais estão há muito privatizados e fazem vénias aos ditames da gestão da Câmara Municipal de Lisboa, que há muito não cumpre com as contribuições financeiras que deveria para ali transferir e não o faz. Num momento particularmente difícil que todos nós passamos e sem culpa alguma, os SSCML continuam a ter “gestores” pagos principescamente, ao ponto de existirem salários superiores ao próprio Presidente da autarquia (por certo, Costa não se preocupa com isso. Isso dá-lhe serenidade nos gestores, que assim, não são reivindicativos).

As leis gerais implementadas por PS e PSD estão a obrigar os Serviços Sociais a ser uma Sociedade Anónima Desportiva (vá lá... um bocadinho “cultural”). Os serviços médicos tendem a continuar, mas com acordos com os “papões” das seguradoras, que passarão os trabalhadores associados para um plano muito secundário. Não é isso com que concordamos!

Será preciso construir de novo “com e para os Trabalhadores” e não para o Patrão Partidário daquilo que agora se chama (Arco da Governação) que ali coloca apaniguados que controlam e gerem as diretrizes que encaminham os SSCML para um beco sem saída e que lesa e lesará cada vez mais os trabalhadores.

Desta forma, o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, não se reviu em nenhum programa apresentado e tem um posicionamento muito concreto em relação a este organismo e sempre o mostrou nestas páginas e nas suas ações.

Os Serviços Sociais, são de e para os Trabalhadores. Tal prática não se vislumbra nos programas que foram apresentados e que, por certo, não trarão melhores dias aos SSCML.

[Desconhecendo o vencedor das eleições no momento em que se escreve este texto, mantemos contudo a pertinência das críticas aqui expostas face ao conteúdo programático das três listas concorrentes, no essencial, não muito diferente umas das outras.] ■



Milhares de presos assinalaram o Dia do Preso Palestino com um jejum de 24 horas contra a política carcerária de Israel, data igualmente lembrada com protestos nas ruas da Palestina

A jornada de luta foi cumprida por pelo menos três mil dos quase 4800 encarcerados. No dia 17 de abril, ocorreram concentrações e protestos por toda a Palestina. Em Gaza, populares marcharam até aos escritórios do Comité Internacional da Cruz Vermelha. Em várias cidades da Cisjordânia e em Jerusalém Leste, o cenário repetiu-se, destacando-se a vigília frente à casa de Arafat Jaradat – recentemente torturado até à morte –, as marchas em Hebron, Nablus e Ramallah, e a manifestação junto à prisão de Ofer, onde as denúncias de maus tratos e torturas se sucedem. Esta última iniciativa popular teve como resposta o disparo de balas de borracha e granadas de gás lacrimogéneo por parte do exército ocupante.

Na ocasião, o presidente da Autoridade Nacional Palestiniana, Mahmoud Abbas, reiterou que a libertação dos presos em greve de fome há já 260 dias é uma das condições prévias para o reinício das negociações de paz com Telavive. As forças de resistência palestina, afirmam em comunicado divulgado no Dia do Preso Palestino que, entre os reclusos, «106 encontram-se presos desde antes dos Acordos de Oslo (1993); meia centena está detida há mais de 25 anos; 235 são menores de idade e dez são mulheres: 169 estão encarcerados sob o regime de detenção administrativa. Desde Junho de 1967, mais de 750 mil palestinianos passaram pelas prisões israelitas».

As Nações Unidas emitiram uma nota onde condenam as detenções administrativas, a criminalização dos legítimos protestos contra a ocupação, e as degradantes condições enfrentadas pelos palestinianos nas prisões israelitas. A UNICEF estima que todos os anos 700 crianças entre os 12 e os 17 anos sejam presas, interrogadas e detidas pelo exército israelita.

Impossível ficar indiferente

Na linha da frente do combate pelos direitos da Palestina, os milhares de palestinianos encerrados nos cárceres sionistas são sujeitos a frequentes violações das normas internacionais sobre a matéria e dos mais elementares direitos humanos.

O regime de detenção administrativa, que pode ser renovado in-



definidamente, coloca o preso e o seu defensor legal na ignorância, a maior parte das vezes sob o argumento da preservação da confidencialidade das informações recolhidas pelos serviços secretos de Israel, as quais, supostamente, sustentam as acusações, cuja formalização, na maior parte dos casos, nem sequer se concretiza.

Entre 2007 e 2011 calcula-se que mais de oito mil ordens de detenção administrativa tenham sido emitidas por Israel.

A tortura, a sobrelocação e insalubridade de muitos dos 27 estabelecimentos prisionais, bem como a negação de cuidados médicos, são práticas correntes. Desde 1967, pelo menos 72 presos morreram sob custódia em resultado de torturas; cerca de meia centena por falta de assistência médica; sete baleados no cárcere e mais de 70 assassinados ainda antes de ingressarem na prisão, afirma o Ministério dos Assuntos dos Prisioneiros. O campo de concentração situado no deserto do Neguev é, segundo os palestinianos, o «campo da morte lenta», nome pelo qual, recorde-se, ficou conhecido o Tarrafal durante a ditadura fascista portuguesa.

Exige-se hoje, mais do que nunca, solidariedade com o povo palestino! ■

Protocolos do STML

- ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências
Para os nossos associados, cônjuges e descendentes em 1.º grau:
 - 10% de desconto nas propinas;
 - 12% de desconto na propina da licenciatura em Gestão Autárquica.
- ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração
- ISG - Instituto Superior de Gestão
- IPES - Instituto Português de Estudos Superiores
- IESC - Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade
- Escola Superior de Educação João de Deus
- ISTECH - Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
- COFAC - Universidade Lusófona
 - Instituto Superior de Humanidade e Tecnologia de Lisboa
 - Instituto Superior Politécnico do Oeste

- Instituto Superior D. Dinis
- Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
- Escola Superior de Educação Almeida Garrett
- Lancaster College
- Universidade Lusíada
- Universidade Autónoma
- Mundi Travel
- Teatro da Cornucópia
- Viaggiatore - Companhia de Lazer e Turismo
- Millennium BCP
- ENAL - Escola Nacional de Automobilismo
- Mind - Project - Psicologia, Psicoterapia e Medicina
- MACIF - Companhia de Seguros
- Aldeamento Turístico de Palmela ■